

## **ATA DA 148ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD.**

No dia 11 (onze) do mês de maio de 2022, às 14h00, ocorreu a centésima quadragésima oitava (148ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, realizada no auditório da Faculdade UNA, Av. Maria da Glória Rocha 175, Bairro Bitácula, Contagem, com a presença dos seguintes conselheiros municipais: Do Poder Executivo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Agroecologia, suplente, Patrícia Cristina Marques Oliveira; Secretaria Municipal de Educação, suplente, Tatyane Andrade Almeida; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, titular, Adriana Leonart Almeida; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania / área da Pessoa com Deficiência, titular, Marcelo Lino da Silva; Secretaria Municipal de Direitos Humanos, titular, Carla Regina Lopes Silva; Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda, titular José Alexandre Salles; Procuradoria-Geral do Município, titular, Joel Silêncio de Andrade. Da Sociedade Civil: do segmento das entidades que atuam junto às pessoas com deficiência múltipla – Grupo de Inclusão e Educação Escolar de Contagem – GIEC, titular, Marlene Aparecida Torres Fernandes; do segmento das entidades que atuam junto às pessoas com deficiência auditiva, Associação dos Surdos de Contagem, titular, Larissa Regina Miranda; do segmento das entidades que atuam junto à pessoa com deficiência visual, Associação dos Deficientes de Contagem – ADC, titular, Cléber Gomes de Figueiredo; do segmento das entidades que atuam junto às pessoas com deficiência física – Associação Eldorado de Apoio à Vida, suplente, Tânia Maria Ferreira; do segmento das entidades que atuam junto às pessoas com deficiência intelectual – Grupo de Apoio a Pais de Autistas – AMAIS, titular, Josimar Rosária da Silva Moreira (Josi Silva) e sua suplente, Elisângela Maria Araújo; do segmento das entidades prestadoras de serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência – Centro de Atendimento e Inclusão Social – CAIS, suplente, Rosemeire Francia Maia; do segmento dos profissionais especializados na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, titular, Sindicato Único dos Trabalhadores de Saúde – SIND-SAUDE, Maria Auxiliadora Ramos Martins (Dora); do segmento dos usuários da política pública das pessoas com deficiência, titular, Elizabeth Vasconcelos R. Crepaldi e seu suplente, José Maia dos Santos. Do poder legislativo: compareceram os titulares, Arnaldo Luiz de Oliveira e Carlos Magno de Moura Soares (Carlin Moura). Presentes também: a Secretária de Cultura de Contagem, a Sra. Monique Pacheco; a Sra. Laura Paulino - da Secretaria de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Agroecologia; a Sra. Rita de Cássia Almeida; o Sr. Márcio Melo Almeida Costa; o Sr. Wagner José de Oliveira; O Sr. Célio Pereira Soares; o Sr. Cícero Plínio Costa Azeredo; o Sr. Geraldo de Oliveira, da ADC; o Sr. Gabriel Estevão; o Sr. Jhones David, Assessor do Vereador Arnaldo de Oliveira; a Sra. Kelly Anjos; e, o jovem Reinaldo Júnior. Compareceram pela equipe técnica do CMDPD os Srs. Antônio Augusto de Souza Loures, Flávio José Silva de Almeida, Felício Mendonça Caldeira, e o Sr. Anderson Elias da Silva. A Sra. Carmem Rodrigues Chaves e o Sr. Laysson Gama Herlmer trabalharam como Intérpretes de LIBRAS, nesta reunião. Justificaram as ausências, devido a outros compromissos: As Sras. Ermelinda Pereira de Menezes e Sirlene Pereira dos Reis. O presidente Marcelo Lino deu as boas-vindas e iniciou os trabalhos. Em seguida começou a sessão de informes. A Sra. Josi Silva solicitou inclusão

de ponto de pauta para a próxima plenária: “Saúde bucal para pessoas com deficiência, em especial, autistas de nível 3”. A Sra. Josi relatou as dificuldades enfrentadas por ela e outras mães de crianças e jovens autistas quando necessitam de tratamento odontológico para seus filhos. Em outro assunto, relatou que participou no mês de abril de eventos em diversas regiões de Contagem. Onde esteve, fez divulgação do CMDPD e de serviços existentes na estrutura pública que atendem às pessoas com deficiência. Citou, como exemplo, os serviços da Central de LIBRAS, voltado para a Comunidade Surda. Observou que há uma grande desinformação a respeito disso. Reforçou a necessidade da confecção de uma Cartilha contendo essas informações. Por fim, sugeriu que durante a organização da Semana da Pessoa com Deficiência 2022, o CMDPD organize eventos regionalizados. O objetivo é promover a difusão dos temas relacionados a causa da PCD (Pessoa com Deficiência). A plenária do CMDPD aprovou a pauta referente a Saúde bucal / PCD. O Sr. José Maia informou que no dia 29 de abril, participou do Dia Internacional da Dança, evento promovido pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, no Ginásio Tropical. Esteve presente professores e alunos do “Contagem Ativa”, funcionários e o Secretário Rubens Macedo. O evento contou com a apresentação do Projeto “Entre Rodas & Rosas”. Solicitou aos participantes do Grupo de Whatsapp de militantes do CMDPD e da causa PCD para que não postem mensagens de caráter partidário ou eleitoral. A Sra. Larissa Miranda se apresentou e cumprimentou os presentes. Fez referência a fala da Sra. Josi Silva e disse ser necessário vencer as barreiras existentes para propiciar a melhor divulgação dos serviços. É preciso sempre trabalhar de forma a promover a interação e garantir a plena inclusão das pessoas surdas. A Sra. Carla Lopes informou que, no dia 05 de maio de 2022, a Comissão que debate a criação de um Centro para Atendimento à Pessoa com Deficiência se reuniu. A pauta promoveu o dialogo com mães da comunidade da Escola Antônio Carlos Lemos. Estiveram presentes, pelo grupo de mães: Marlene Torres Fernandes, Elizabeth Crepaldi, Rosalina Afonso, Neusa Rocha Santana, Maria de Fátima Rezende; pela SEDUC, Margaret Gomes da Costa; e, a própria Carla Lopes, pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Na oportunidade, as mães foram informadas de outras duas reuniões realizadas pela Comissão e da visita dessa comissão junto a FAENOL – Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima. A Sra. Carla relatou que: “As mães reafirmaram a necessidade de conquistar para seus filhos (as), maiores de 18 anos, espaço com atendimento contínuo, que promova a qualidade de vida e assegure aprendizagem ao longo da vida, através de espaços educativos não formais que ofereçam o desenvolvimento de potencialidades e habilidades com atividades que vise estimular a cultura, as artes, o esporte e o lazer; possibilitar a valorização das diversidades culturais e sociais; promover a aproximação da pessoa com deficiência sua família e suas comunidades. O equipamento que as mães solicitam do Poder Público tem a intenção de articular a **responsabilização** e a interação com o processo de aprendizagem ao longo de toda a vida, para este segmento social. Processo esse que se efetiva como dever da família, do Estado e da Sociedade, através da implantação do sistema educacional inclusivo na lógica da integração e articulação institucional e cooperação técnica entre Secretarias Municipais.” A Sra. Carla Lopes disse que as reflexões da Comissão se baseiam no direito assegurado na Lei Brasileira de Inclusão LBI / 2015. Seu artigo 27, institui que: “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizados ao longo de toda a

vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. O Parágrafo único, coloca: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Já o artigo 28, diz: “Incube ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”. A comissão em prol da criação do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência propôs os seguintes encaminhamentos para o CMDPD: 1 – que o CMDPD tome medidas no sentido de articular a criação do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência. Leve em consideração a necessidade da retomada desse debate junto as secretarias das áreas da Educação; do Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Geração de Emprego e Renda; da Saúde e dos Direitos Humanos e Cidadania. Considere também, Projeto elaborado pelo Movimento de Mães e apresentado junto às Secretarias Municipais de Educação e Direitos Humanos e Cidadania, em 2018. 2 – que o CMDPD envie de ofícios às Secretarias Municipais de Educação; de Desenvolvimento Social Segurança Alimentar e Geração de Emprego e Renda; da Saúde; dos Direitos Humanos e Cidadania solicitando os seguintes esclarecimentos: a) Perguntar a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania se possui a cópia do projeto elaborado pelas mães, em 2018?; b) Qual o planejamento / ação que cada Secretaria vem elaborando ou realizando para efetivar a ação intersetorial municipal, na lógica de assegurar este espaço de atendimento, contemplando as pessoas com deficiência, maiores de 18 anos, assegurando aprendizagem ao longo de toda a vida, como dispõe a Lei Brasileira de Inclusão?; c) Qual é a previsão orçamentária que cada Secretaria pode dispor, para 2023, na busca de garantir este serviço de atendimento à pessoa com deficiência? A Sra. Marlene Torres Fernandes ressaltou a necessidade do movimento ter clareza sobre a luta para criação do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência. A luta pela implantação desse equipamento se desenvolve a bastante tempo e se intensificou a partir de 2018, quando inclusive, esteve no CMDPD, para tratar este assunto. O movimento de mães procurou, em sua estratégia, buscar diversos apoios. Houve articulação junto ao Vereador Arnaldo de Oliveira. Teve contato também, com o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, o Sr. Marcelo Lino. O movimento se encontra aberto ao diálogo junto a outros agentes políticos ou públicos. O Sr. Cléber Figueiredo destacou a participação da Associação dos Deficientes de Contagem – ADC no Campeonato Mineiro de Basquete em Cadeira de Rodas. O torneio homenageia o nome do Sr. Maurício Peçanha. O Sr. Arnaldo de Oliveira parabenizou o Movimento das Mães em prol da criação do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência. É uma luta histórica e a persistência das mães é admirável. A pedido das mães marcou várias audiências junto ao secretariado municipal. Cumprimentou a Secretária de Cultura, a Sra. Monique Pacheco, presente à plenária. Tem certeza da sensibilidade dela em relação às pautas do movimento PCD. Tem agenda marcada no dia 16, junto ao Grupo de Mães. No dia 25, a agenda será com o Secretário de Saúde, o Sr. Fabrício Simões e no dia 26 com o Secretário de Esportes. Disse confiar também, no envolvimento da Prefeita Marília Campos que, também, sempre mostrou empenho com a Inclusão da Pessoa com Deficiência. Saudou e agradeceu, em nome de sua família, o seu colega vereador Carlin Moura, presente à reunião, que em sua gestão

de prefeito, instituiu o Centro Especializado de Reabilitação – CER IV dando-lhe o nome de Antônio de Oliveira, pai do vereador Arnaldo. Agradeceu, ainda, o empenho da Sra. Josi Silva e do Grupo AMAIS que através de sua luta possibilitou a criação da Sala Multissensorial no CER – IV. O Sr. Marcelo Lino informou que haverá uma reunião na sexta-feira, dia 13 de maio, na prefeitura, com a participação dos presidentes e vice-presidentes dos Conselhos. A reunião terá como pauta o Portal de Controle de ações do governo. No dia 20, temos o Seminário Internacional que apresentará a Plataforma Digital de Participação Popular e contará com presenças internacionais que compartilharão experiências acerca da plataforma de participação popular. O professor Luís Dulci será um dos palestrantes. Em outro evento, a Prefeitura de Contagem promoverá de 13 a 15/5 a II Feira do Mercado Afro, que acontecerá dentro da programação do aniversário do Mercado Central de Contagem. O objetivo é o de promover a valorização da cultura negra e o mercado de produtos afro-brasileiros. O encerramento, no domingo próximo, será um grande show de samba com a cantora Adriana Araújo e Banda. No dia 21/5 acontecerá também, a 8ª Marcha de Combate e Enfrentamento ao Racismo, de 8h às 12h. O trajeto será da Praça Paulo Pinheiro Chagas até praça da Glória. No dia 22, no SESU, outro evento comemora o Dia de Celebração da Bandeira do Haiti. Haverá uma partida de futebol com a participação da comunidade de haitianos de Contagem. Outras atividades acontecerão e podem ser verificadas no site. Após a sessão de informes, no segundo ponto da pauta, foi aprovada a Ata da 147ª reunião ordinária. O terceiro ponto da pauta, propiciou o relato das “ações da Secretaria de Cultura voltadas às pessoas e artistas com deficiência”. O Presidente do CMDPD cumprimentou e agradeceu a presença da Secretária de Cultura Monique Pacheco. Destacou o importante trabalho desenvolvido pela Secretaria. Contagem adotou o princípio de enfatizar as características pública e pulsante da movimentação cultural da cidade. A Secretaria Monique Pacheco agradeceu a oportunidade de manifestação junto ao CMDPD. A atual administração entende a Cultura como um direito do cidadão. Desenvolvem uma estrutura de Política de Cultura que visa a ultrapassar o mandato do atual governo e permanecer como um direito para a cidade. A forma democrática de acesso aos recursos é a utilização dos Editais, antecedidos de consultas públicas. As propostas de projetos culturais são recebidas e recebem pontuações que determinam as escolhidas. O importante é que as propostas saem da cidade. Quando os projetos são direcionados para determinados grupos, como para pessoas com deficiência, esses projetos ganham pontos adicionais. Também, entre os pontos observados nas análises dos projetos, se há a inclusão de itens como garantia de acessibilidade, isso gera pontos adicionais. Reconheceu não ser fácil garantir espaços com o desenho universal ou acessibilidade plena. Nem sempre se tem rampas de acesso, apresentações com tradução em LIBRAS, dentre outras. Os desafios são significativos, mas não impeditivos. A Secretaria de Cultura vê com bons olhos implementar e garantir cada vez mais essas ações. Sente falta de mais projetos protagonizados por pessoas com deficiências. Historicamente, a construção do que é cultura foi feita de forma excludente, mas é necessário mudar essa realidade. A Secretaria de Cultura disponibiliza através de editais próximo a R\$2.700.000 (dois milhões e setecentos reais) . São 5 (cinco) editais diferentes. O objetivo é construir uma cidade mais pulsante, mais viva. Citou, exemplificando, os eventos da Feira Afro e o Encontro de Capoeira. A ideia é proporcionar o movimento da cidade com eventos em parques, salas e outros lugares. Garantir uma cidade mais justa e acolhedora. Há projeto para implantação de oficinas nas 8 (oito)

regionais, para o próximo semestre. Utilizar diversas linguagens: a musical, a escrita, a dança, dentre outras. O Sr. Plínio Azeredo relatou seu comparecimento em evento, em local fechado, que contou com a presença do pré-candidato Lula da Silva. O local reservado às pessoas com deficiência foi ocupado por outros participantes. Assim ele teve sua visão obstruída. A Sra. Monique Pacheco esclareceu que esse evento não foi organizado pela prefeitura de Contagem. Contudo, aproveitou a fala do Sr. Plínio e disse ser importante desenvolver essa consciência cidadã. É uma preocupação da Secretaria de Cultura fazer a demarcação e garantir o direito aos usuários de cadeira de rodas. A secretária ponderou que tem locais que são muito interessantes para shows e apresentações mas que ainda não possuem uma acessibilidade adequada. É o caso das escadarias da Igreja São Gonçalo. Essa preocupação na garantia do direito PCD deve estar sempre presente. Considera importante o desenvolvimento das políticas urbanas. O replanejamento de ruas e dos espaços urbanos é de suma importância. Propôs ao conselho listar locais e situações que podem melhorar. O Sr. José Maia perguntou se a cidade de Contagem tem um mapa cultural? Imagina que sim. Propôs a estruturação de uma oficina para ensinar a elaboração de projetos para concorrer aos editais. Esclareceu que qualquer item no projeto que fuja as determinações implica em perda de pontos; e, nem sempre é fácil observar todos. A Sra. Monique Pacheco reconheceu a importância da questão. A Secretaria de Cultura disponibiliza plantão para tirar as dúvidas. Os projetos passam pela avaliação da CAP (Comissão de avaliação de Projetos) e realmente há a perda de pontos pelos itens fora dos critérios. A Sra. Larissa Miranda perguntou se todos os eventos terão intérpretes de LIBRAS? A Sra. Monique Pacheco disse há situações que falta conhecimento para lidar em relação ao Intérprete de LIBRAS. É o caso de musicais. Em outros espetáculos a tradução simultânea é feita. A Sra. Larissa Miranda disse ser normal e os surdos sentem o fluir da música. A Sra. Josi Silva colocou a questão dos jovens autistas de nível 3. Ela relatou situações nas quais levou seu filho para se inscrever em cursos. Quando identificaram ser ele autista, informaram não aceitar a inscrição. A Sra. Monique Pacheco reconheceu o desafio da Inclusão de todas as deficiências. Importante ter um atendente específico sempre que necessário. Na visão da Sra. Josi Silva, ela como mãe, considera fundamental ofertar a oportunidade aos autistas para eles realizarem os cursos. O conseguir fazer as atividades é de cada um, mas o importante é a garantia da oferta. A Sra. Marlene Torres Fernandes reforçou as palavras da Sra. Josi. Ela também é mãe de filho autista. A Sra. Monique Pacheco reiterou que as mães poderão levar seus filhos para se inscreverem nas oficinas da Cultura. É uma situação que impõe um grande desafio. O Sr. Marcelo Lino apontou três observações. Primeiro, manifestou sua solidariedade ao Sr. Plínio Azeredo. Ponderou que muito se fala de inclusão e da construção de um país melhor, porém falhamos nos momentos de garantir o direito à acessibilidade. Reconheceu o esforço do Sr. Plínio, que é usuário de cadeira de rodas, se utilizou de transporte coletivo e viu o espaço reservado para pessoas com deficiência ocupado por outros. Observou que a causa da pessoa com deficiência vem perdendo a atenção da sociedade. Em outras épocas o movimento foi protagonista de muitas conquistas: houve a implantação de conselhos, de coordenadorias, e de equipamentos sociais para atendimento às PCD. Sua segunda observação refletiu sobre a pouca participação de artistas e articuladores culturais com deficiência, nos editais da Secretaria de Cultura. Tentou incentivar um amigo artista com deficiência para apresentar um projeto, mas não houve demonstração de interesse. Considerou ser importante as

pessoas com deficiência ocuparem os espaços ofertados pelas políticas públicas. Outro ponto que observou foi a possibilidade dos editais contemplarem projetos exclusivos para pessoas com deficiência. Considera importante para a construção da identidade das pessoas com deficiência. Lembrou de sua época mais jovem, quando participou de um grupo de teatro formado somente por integrantes cegos. Apresentaram as peças “Morte e Vida Severina” e “Arena conta Zumbi”. Falar para o outro é importante, mas a convivência e a integração dos iguais também é necessária. O campo da cultura abre espaço para as duas modalidades. Assim reiterou a possibilidade de elaboração de editais que garantam projetos exclusivos de artistas e atores culturais com deficiência. A Sra. Monique Pacheco refletiu sobre outra fala do Sr. Plínio Azeredo. Projetou que para os próximos editais possam elaborar eventos que atendam mais o público PCD. Até mesmo uma grande festa como um espaço inclusivo. Considerou interessante as observações do Sr. Marcelo Lino. Observou que os editais atuais atribuem pontos quando os eventos são destinados ao público com deficiência. O conselheiro e vereador Carlin Moura cumprimentou a Sra. Monique Pacheco e os demais. Reiterou a fala do Sr. Marcelo Lino e reconheceu também, a importância dos Editais para a solidificação da Política Pública de Cultura. Ponderou a importância do processo de formação dos artistas. Lembrou que a FUNEC possui excelentes quadros e muito pode contribuir na capacitação. Considerou importante o sistema de pontuação e até de cotas nesse processo. Vê possibilidade de peças e eventos só com integrantes com deficiência ou voltados para o público PCD específico. Abordou também a importância da garantia do financiamento destes projetos. Por fim, parabenizou as ações da Secretaria de Cultura. A Sra. Elizabeth Crepaldi lembrou da apresentação de uma peça de teatro sobre o nascimento de Jesus, encenada no Big Shopping. O público se mostrou bastante emocionado com a apresentação dos atores com deficiência. A Sra. Monique Pacheco agradeceu as palavras de elogio recebidas pelas ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura. Reconheceu que a inclusão das pessoas com deficiência é um ponto desafiador. Agradeceu o apoio das “Secretarias irmãs”. Reconheceu o direito da sociedade civil em cobrar dos gestores públicos. Busca construir um diálogo mais horizontal. Considera importante a construção conjunta de um calendário. Ressaltou a importância das conversas junto aos representantes da população PCD. Elas tornam o olhar mais atento. Reconheceu a necessidade dos Editais propiciarem maior visibilidade ao público PCD. O Sr. Marcelo Lino lembrou do festival DEFESTICON – um evento realizado pelo saudoso Maurício Peçanha. O evento foi um festival de canção com a participação de músicos com deficiência. O Sr. Carlin Moura propôs a confecção em Braille do material de divulgação dos eventos da Secretaria de Cultura. A Sra. Monique Pacheco agradeceu a oportunidade de estar no CMDPD e divulgou algumas ações da Secretaria, como a do “Ônibus de Leitura. Informou que há livros em braille. Distribuiu para os presentes o folder do Guia Cultural de Contagem – Acontece. O quarto ponto da pauta relatou a reunião ocorrida junto a Mesa Diretora do CMDPD e técnicos do IBGE. O Técnico Antônio Loures passou o relato. A reunião aconteceu no dia 17 de março de 2022, às 9H. Participaram a Sra. Danyelle Rodrigues da Costa – Coordenadora Censitária sub-área Eldorado / Água Branca – IBGE, a Sra. Fabiana Fábrega – Diretora da Agência de Contagem – IBGE, o Sr. Marcelo Lino – Secretário de Direitos Humanos e Cidadania e presidente do CMDPD, a Sra. Carla Lopes – Superintendente da Política Pública da Pessoa com Deficiência; o Sr. Cléber Figueiredo – Vice-presidente do CMDPD e, ele, Antônio Loures – Técnico do CMDPD. Disse que as

profissionais do IBGE informaram que há dois cadastros para obter dados das pesquisas IBGE. O primeiro é o SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. O segundo é o BME - O Banco Multidimensional de Estatísticas "BME". Esse último é uma base de dados formada por microdados originados nas pesquisas estatísticas efetuadas pelo IBGE e pela metainformação associada a sua produção. As técnicas do IBGE informaram também, sobre os dados do Censo 2010, que somente os referentes à população geral estão com estimativas atualizadas. Em relação ao questionário completo do Censo - que inclui perguntas relacionadas às pessoas com deficiência - eles são aplicados somente para 5% dos domicílios em cidades acima de 500.000 habitantes. A escolha das residências nas quais serão aplicados os questionários da amostra PCD é feita de forma aleatória. O IBGE fornece curso para manuseio do SIDRA e do BME. Porém, devido aos trabalhos do Censo 2022, não ocorrerá os cursos. As técnicas se colocaram disponíveis para orientações. O IBGE não realiza convênios com as Prefeituras para a finalidade de montar um banco de dados específico de público atendido pelas diversas políticas transversais voltadas às pessoas com deficiência. Colocaram como sendo possível, estabelecer Termos de Cooperação Técnica (não especificaram em quais situações). Esclareceram que para elaborar o questionário da amostra PCD, há consulta prévia às entidades da área. Em Contagem, a secretaria que mais aciona o IBGE é a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Existe na Prefeitura o Observatório Socioeconômico. Por fim solicitaram a interessados a participação na REPAC – Reuniões de Planejamento do Censo 2022. A Sra. Carmem Rodrigues Chaves observou a necessidade de se ter instrutores de LIBRAS para aplicar os questionários. O técnico Antônio Loures disse que esse tema não foi abordado na reunião. O Sr. Plínio Azeredo e a Sra. Carmem Rodrigues manifestaram interesse em participarem da REPAC – Reunião de Planejamento do Censo 2022. O CMDPD enviará ofício ao IBGE indicando os nomes dos interessados. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada ata desse encontro, a qual será lida e aprovada pelos participantes da 149ª Plenária e assinada pelos presentes da 148ª reunião, caso não haja impedimento devido às medidas de prevenção à COVID-19.